

Brasil volta a atrasar pagamento

BRASÍLIA — Mal saiu da moratória, pagando os juros devidos de janeiro e fevereiro aos bancos privados internacionais, o Brasil está novamente em atraso e é possível que a nova situação se mantenha nos próximos meses se continuar a deterioração do clima de negociação entre o país e o Comitê dos Bancos Credores. O Brasil não pagou os juros de março de US\$ 220 milhões e dificilmente pagará os juros do próximo trimestre (US\$ 1,5 bilhão) já que os bancos não estão dispostos a conceder um empréstimo ponte para o país, em função da confusa situação da política econômica. Ou seja, o país retorna à situação de dezembro do ano passado mas com 1,2 bilhão de dólares em suas reservas, pagos aos bancos credores.

“Outra moratória é tudo o que os bancos credores não querem” — assegura um graduado assessor do Ministério da Fazenda, que considera o Brasil em condições extremamente favoráveis para negociar e barganhar um acordo que não lhe seja prejudicial. Sobretudo depois que integrantes do comitê assessor confidenciaram a funcionários do Banco Mundial durante um recente jantar em Washington, sua preocupação em relação a uma provável interrupção dos entendimentos.

Caranguejo — Em função disso, o comitê já se dispôs a abrir mão de uma das principais exigências que vem fazendo desde o início das negociações: total liberdade para renegociar o *relending* (refinanciamento) no mercado brasileiro. Ou seja, os bancos queriam do Brasil carta-branca para todo o volume de recursos já depositados no Banco Central.

O governo brasileiro, porém, fechou questão: as operações de *relending* devem obedecer a um limite mensal — ainda não fixado — de modo a não prejudicar a política monetária, e não interferir na evolução das taxas de juros internas e no aumento do déficit público.

Os bancos já aceitaram essa exigência, mas querem levar vantagem em outros pontos ainda pendentes nas conversas entre os negociadores brasileiros e o comitê, o que acaba fazendo com que os últimos entendimentos caminhem a passo de caranguejo.

Buraco — O comitê continua insistindo em que o Banco Mundial avalize o Brasil. É uma posição isolada, que não agrada nem ao governo brasileiro nem ao americano e muito menos à direção do Bird, pois o Banco não teria recursos suficientes para cobrir o montante nego-

ciado pelo Brasil: 5 bilhões 800 milhões de dólares. Tem no máximo uns 2 bilhões de dólares que, mesmo assim, seriam destinados, oficialmente, à execução de projetos específicos e não para cobrir qualquer buraco no balanço de pagamentos.

Também de difícil solução é a questão de um novo empréstimo-ponte para pagar os juros que vencem de abril a junho. O governo brasileiro não quer mais se utilizar apenas de suas reservas que serviram para o pagamento dos juros de janeiro e fevereiro. Mas os bancos relutam em liberar mais recursos. O EUA só emprestariam dinheiro — cerca de 1 bilhão 600 milhões de dólares — se o Brasil já tivesse um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que vem sendo retardado devido à indecisão do governo em definir medidas de contenção do déficit público.

Outros itens prudentes são: fixação das salvaguardas para o Brasil em caso de variações bruscas dos juros internacionais, motivadas por crises imprevisíveis; definição do cronograma para o desembolso dos novos créditos; fixação da forma de operacionalização do *carveout*, que permite a revisão das taxas de risco (os *spreads*) sobre a dívida vencida e o montante dessa dívida que terá o *spread* reduzido.